

DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

Código: 16802

Área Científica Predominante: Ciências Jurídico-Administrativas e Fiscais

Docente: Eva Cristina da Silva Gonçalves Macedo

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 80h

ECTS: 5,0

Objetivos

O objetivo da UC é proporcionar aos alunos um conhecimento básico mas abrangente do regime jurídico da Contratação Pública, do ponto de vista teórico e normativo, mas igualmente com uma componente prática, que permita a aquisição de um núcleo mínimo de competências necessárias que os habilitem a trabalhar profissionalmente com procedimentos de contratação pública.

No final da Unidade Curricular, os estudantes deverão conhecer os princípios essenciais que norteiam os procedimentos pré-contratuais e contratuais, as várias fases e etapas que conduzem à celebração de contratos utilizados pela AP no desempenho da sua atividade, identificando e aplicando a principal legislação comunitária e interna relativa à Contratação Pública, com particular destaque para os mais importantes normativos do Código dos Contratos Públicos.

Resultados da Aprendizagem

Orientar-se-ão os alunos para que, no final desta Unidade Curricular, dominem os principais conceitos e legislação relacionados com o Direito da Contratação Pública, sendo capazes de resolver casos práticos sobre a matéria, designadamente sejam capazes de:

- Conhecer a origem do Direito dos Contratos Públicos no Direito Europeu;
- Conhecer e aplicar os princípios gerais e legislação do Direito dos Contratos Públicos;
- Conhecer os sujeitos e o objeto da Contratação Pública;
- Conhecer, escolher e aplicar os procedimentos pré-contratuais previstos na lei;
- Conhecer as situações de exceção: contratos excluídos e contratação excluída do âmbito de aplicação do CCP;
- Conhecer os critérios de adjudicação e as causas de não adjudicação previstas na lei;
- Conhecer a execução dos contratos públicos e respetivo controlo jurisdicional.

Conteúdos Programáticos

Por forma a ir de encontro aos objetivos definidos para a UC, o programa foi estruturado em quatro capítulos, a abordar ao longo das aulas, individualmente ou em conjunto, conforme definido no Cronograma da Atividade Letiva.

Capítulo I – Enquadramento teórico e normativo do Direito dos Contratos na Administração Pública em Portugal

1. Os conceitos de contrato administrativo e contrato público
2. Os princípios da contratação pública
3. As Diretivas Comunitárias
4. O Código dos Contratos Públicos (CCP)
5. As Leis do Orçamento de Estado

Capítulo II – Os sujeitos e o objeto da contratação pública

1. O objeto da contratação pública
 - a) Os conceitos de contrato público e de contrato administrativo
 - b) Contratos excluídos
2. Os sujeitos da contratação pública
 - a) Os conceitos de entidade adjudicante, contraente público e organismo de direito público;
 - b) Os contratos interadministrativos;
 - c) Contratação excluída: contratação não concorrencial e contratação in house.

Capítulo III – Os Procedimentos adjudicatórios

1. O elenco dos procedimentos pré-contratuais
2. Critérios de escolha do procedimento
3. A marcha dos procedimentos adjudicatórios
4. Regime jurídico aplicável: o CCP e o “novo CCP”

Capítulo IV - Regime de eficácia e validade dos contratos públicos

1. Pressupostos de validade.
2. Vícios.
3. Perspetiva prática. Exemplos. Casos jurídicos.

Bibliografia Recomendada

ESTORNINHO, M. J. (2006), Direito Europeu dos Contratos Públicos, Almedina;
FONSECA, I. C. M. (2009), Direito da Contratação Pública - uma introdução em dez aulas, Almedina, Coimbra;
OLIVEIRA, M. E OLIVEIRA, R.E. (2016) "Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública", Almedina;
TAVARES, G. G. DENTE, N. M. (2008), Código dos Contratos Públicos, Âmbito da Sua Aplicação, Almedina;
VIANA, C. (2008), Os Princípios Comunitários na Contratação Pública, Coimbra Editora, 2007; "A Globalização da Contratação Pública e o Quadro Jurídico Internacional", in Estudos da Contratação Pública, Coimbra Editora

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

As metodologias a serem utilizadas ao longo da lecionação da unidade curricular de Direito da Contratação Pública deverão ter em conta as suas especificidades, considerando sobretudo a complexidade e importância crescente das compras públicas na Gestão Pública, sendo esta unidade curricular fundamental para o exercício futuro de uma atividade profissional na área.

A UC terá um pendor bastante teórico, exigido pela natureza das matérias, de modo a prover os alunos com os conhecimentos necessários para atingir os objetivos definidos, particularmente o conhecimento dos conceitos, princípios e normativos básicos do Direito da Contratação Pública e do Código dos Contratos Públicos. De modo a facilitar a compreensão dos conteúdos, serão apresentados alguns estudos de caso e jurisprudência e desenvolvidas atividades práticas, em contexto de aula e na Plataforma Moodle, incentivando-se também os estudantes a desenvolverem investigação orientada sobre algumas temáticas. A aquisição das competências previstas deverá ser aprofundada através do estudo cuidadoso do material disponível na plataforma, designadamente os documentos com os conteúdos temáticos definidos para a UC, artigos específicos sobre os temas em análise, bem como textos recomendados pela docente.

Métodos de Avaliação

É adotado um modelo de avaliação contínua.

A aprendizagem demonstrada por cada aluno será classificada no final da UC numa escala de 0 a 20 valores.

1) Regime Presencial:

Estabelecem-se as seguintes componentes e ponderações na classificação final:

Teste final presencial: 70%.

Participação em atividades práticas, nomeadamente realização de trabalho de grupo: 30%

2) Regime de e-learning:

A avaliação será constituída por um trabalho escrito – excludente (mínimo 10) - a valer 30% (25% pelo trabalho e 5% pela defesa oral) e um teste final presencial a valer 70%.